

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL E NO MUNDO

I.1.	Aspectos introdutórios sobre a economia movida a dados	1
I.2.	Dados pessoais: uma questão de poder e de controle.....	5
I.3.	Fundamentos da proteção de dados pessoais diante do capitalismo de vigi- lância e seus riscos	12
I.4.	Histórico internacional da tutela de dados pessoais	17
I.5.	Histórico legislativo da LGPD.....	21
I.6.	Reconhecimento da proteção de dados pessoais como direito fundamental pelo Supremo Tribunal Federal e sua posterior inserção no texto constitucional.....	26
I.7.	Síntese conclusiva: alcance da proteção de dados pessoais.....	29

CAPÍTULO II

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

II.1.	Aplicação territorial da LGPD e eficácia extraterritorial	31
II.1.1.	Aspectos introdutórios.....	31
II.1.2.	Operação de tratamento realizada no território nacional.....	33
II.1.3.	Atividade de tratamento que tem por objetivo a oferta ou o for- necimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de in- divíduos localizados no território nacional.....	34
II.1.4.	Dados pessoais coletados no território nacional.....	36
II.2.	Aplicação material da LGPD.....	36
II.2.1.	Aspectos introdutórios.....	36
II.2.2.	Tratamento realizado por pessoa natural para fins exclusiva- mente particulares e não econômicos.....	38
II.2.3.	Tratamento realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos	38
II.2.4.	Tratamento realizado para fins exclusivamente acadêmicos	43

II.2.5.	Tratamento realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança de Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais.....	45
II.2.6.	Hipóteses do inciso IV do art. 4º da LGPD.....	47

CAPÍTULO III

CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DE DADOS PESSOAIS

III.1.	Conceito de dado pessoal.....	49
III.1.1.	Aspectos iniciais.....	49
III.1.2.	Elementos dos dados pessoais.....	52
III.2.	Conceito de dado pessoal sensível.....	56
III.3.	Conceito de dado anônimo (ou anonimizado) e pseudonimizado.....	60
III.4.	Conceito de dado pessoal disponível publicamente.....	63
III.5.	Metadados.....	67
III.6.	Síntese das categorias de dados e de seus respectivos regimes jurídicos.....	68
III.7.	Natureza jurídica dos dados.....	69

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS DE APLICAÇÃO DA LGPD

IV.1.	Aspectos gerais.....	73
IV.2.	Princípio da boa-fé (LGPD, art. 6º, <i>caput</i>).....	73
IV.2.1.	Aspectos fundamentais.....	73
IV.2.2.	A tríplice função da boa-fé objetiva.....	75
IV.2.3.	Boa-fé objetiva e privacidade contextual.....	76
IV.3.	Princípio da finalidade (LGPD, art. 6º, I).....	77
IV.3.1.	Aspectos fundamentais.....	77
IV.3.2.	Conexão entre o princípio da finalidade e as bases legais.....	79
IV.3.3.	Princípio da finalidade e princípio da boa-fé.....	79
IV.3.4.	Novas finalidades atribuídas ao tratamento de dados.....	81
IV.4.	Princípio da adequação (LGPD, art. 6º, II).....	85
IV.5.	Princípio da necessidade (LGPD, art. 6º, III).....	86
IV.6.	Princípio do livre acesso (LGPD, art. 6º, IV).....	87
IV.7.	Princípio da qualidade dos dados (art. 6º, V).....	88
IV.8.	Princípio da transparência (LGPD, art. 6º, VI).....	90
IV.8.1.	Aspectos fundamentais.....	90
IV.8.2.	Transparência e segredo de negócios.....	92
IV.9.	Princípio da segurança (LGPD, art. 6º, VII).....	95
IV.10.	Princípio da prevenção (LGPD, art. 6º, VIII).....	96
IV.11.	Princípio da não discriminação (LGPD, art. 6º, IX).....	98
IV.11.1.	Aspectos fundamentais.....	98
IV.11.2.	Riscos dos julgamentos algorítmicos e das perfilizações.....	102

IV.11.3.	Riscos das discriminações estatísticas e das discriminações personalizadas.....	103
IV.11.4.	Necessidade de regulação da utilização da inteligência artificial..	104
IV.11.5.	Controles necessários para evitar discriminações abusivas ou ilícitas.....	105
IV.12.	Princípio da responsabilização e prestação de contas (LGPD, art. 6º, X)	109
IV.13.	Exemplos concretos de aplicação prática dos princípios da LGPD	111

CAPÍTULO V

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E AS BASES LEGAIS EXISTENTES NA LGPD

V.1.	O modelo <i>ex ante</i> de proteção de dados da LGPD.....	115
V.2.	Características essenciais do modelo <i>ex ante</i> de proteção de dados: as cinco etapas de aplicação da LGPD	117
V.3.	Abordagem sistemática das bases legais para o tratamento de dados	120
V.4.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.....	125
V.5.	Execução de políticas públicas pela Administração Pública.....	127
V.6.	Realização de estudos por órgão de pesquisa	129
V.7.	Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato...	132
V.8.	Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	136
V.9.	Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro	138
V.10.	Tutela da saúde em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária	139
V.11.	Proteção ao crédito.....	143
V.12.	Garantia de prevenção à fraude e à segurança do titular em processos de identificação e autenticação de cadastro.....	146
V.13.	Previsões adicionais para o tratamento de dados pessoais sensíveis	147

CAPÍTULO VI

CONSENTIMENTO NA LGPD

VI.1.	Aspectos fundamentais	151
VI.2.	Requisitos para o consentimento livre.....	153
VI.3.	Requisitos para o consentimento informado.....	157
VI.4.	Requisitos para o consentimento inequívoco	158
VI.5.	Requisitos para o consentimento restrito à finalidade informada ao titular	158
VI.6.	Requisitos adicionais do consentimento para dados sensíveis: manifestação específica e destacada.....	159
VI.7.	Demais exigências da LGPD quanto ao consentimento.....	160
VI.7.1.	A forma de manifestação do consentimento	160
VI.7.2.	A delimitação subjetiva do consentimento	165
VI.7.3.	A possibilidade de revogação do consentimento	165
VI.7.4.	O dever de transparência e informação dos agentes de tratamento....	166

CAPÍTULO VII
LEGÍTIMO INTERESSE NA LGPD

VII.1.	Aspectos preliminares	169
VII.2.	Exigências específicas do art. 10 da LGPD.....	169
VII.3.	Disposições do RGPD sobre o interesse legítimo do controlador	172
VII.4.	Legítimo interesse e <i>Legitimate Interest Assessment (LIA)</i>	176
VII.4.1.	Abordagem na União Europeia	176
VII.4.2.	Abordagem no Reino Unido	180
VII.5.	Primeiras conclusões e exemplos concretos.....	182

CAPÍTULO VIII
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE

VIII.1.	Aspectos fundamentais	187
VIII.2.	Tratamento equivalente de dados pessoais de acesso público	190
VIII.3.	Tratamento equivalente de dados tornados manifestamente públicos pelo titular	195
VIII.4.	Hipóteses dos §§ 3º e 4º do art. 7º da LGPD como bases legais autônomas.....	198
VIII.5.	Tratamento posterior compatível de dados pessoais disponíveis publicamente.....	201

CAPÍTULO IX
TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

IX.1.	Aspectos fundamentais	209
IX.2.	Tratamento de dados pelo Poder Público: proteção de dados, interesse público e publicidade	211
IX.3.	Enquadramento do Poder Público como agente de tratamento	212
IX.4.	A compreensão do art. 23 da LGPD: base legal autônoma ou regra complementar às bases legais dos arts. 7º e 11?.....	216
IX.5.	Tratamento de dados pelo Poder Público e a questão do consentimento e do legítimo interesse	220
IX.6.	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e transparência.....	221
IX.7.	Necessidade de indicação de encarregado	222
IX.8.	Síntese.....	225
IX.9.	Compartilhamento de dados tratados por órgãos públicos.....	226
IX.9.1.	Aspectos fundamentais	226
IX.9.2.	Compartilhamento de dados entre órgãos públicos	229
IX.9.3.	Compartilhamento de dados entre órgãos públicos e entidades privadas	230
IX.10.	Responsabilização administrativa das pessoas jurídicas de direito público	235
IX.11.	Divulgação de dados pessoais	237

CAPÍTULO X
A TUTELA DE DADOS SUJEITOS VULNERÁVEIS

X.1.	Crianças e Adolescentes.....	243
X.1.1.	A tutela das crianças e adolescentes no direito brasileiro	243
X.1.2.	Dados de crianças e adolescentes: o tratamento especial conferido pela LGPD	244
X.1.3.	O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente na coleta de dados	248
X.1.4.	Bases legais para tratamento de dados de crianças e adolescentes: interpretação à luz do princípio do melhor interesse.....	251
X.1.5.	Dever de cuidado em relação a crianças e adolescentes.....	254
X.2.	Proteção de outros sujeitos vulneráveis	255

CAPÍTULO XI
RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS

XI.1.	Disposições da LGPD sobre o tema	263
XI.2.	Disposições da RGPD sobre a avaliação de impacto de proteção de dados	265
XI.3.	Passo a passo para realização da avaliação de impacto	273

CAPÍTULO XII
AGENTES DE TRATAMENTO E ENCARREGADO

XII.1.	Controlador	279
XII.1.1.	Aspectos fundamentais	279
XII.1.2.	Quem pode ser controlador?.....	283
XII.1.3.	Controle singular e conjunto.....	284
XII.2.	Operador.....	289
XII.3.	Suboperador	292
XII.4.	Encarregado.....	295
XII.5.	Obrigações legais dos agentes de tratamento e do encarregado.....	300

CAPÍTULO XIII
DIREITOS DO TITULAR

XIII.1.	Necessária sistematização dos direitos dos titulares de dados.....	303
XIII.2.	Dimensão procedimental dos direitos previstos pelo Capítulo III da LGPD	308
XIII.3.	Regras gerais aplicáveis aos direitos dos titulares.....	309
XIII.4.	Confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados (art. 18, I e II)..	310
XIII.4.1.	Aspectos fundamentais	310
XIII.4.2.	Acesso a dados e a questão das inferências	313

XIII.5.	Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III)	314
XIII.6.	Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados (art. 18, IV)	315
XIII.6.1.	Aspectos gerais	315
XIII.6.2.	Diferenças entre o direito à eliminação de dados e o direito ao esquecimento	316
XIII.6.3.	Medidas para assegurar a eficácia dos direitos de anonimização, bloqueio ou eliminação	318
XIII.7.	Portabilidade de dados (art. 18, V)	319
XIII.7.1.	Fundamentos e contornos iniciais do direito à portabilidade	319
XIII.7.2.	Portabilidade e desafios técnicos: a questão da interoperabilidade	322
XIII.7.3.	Principais diferenças entre a LGPD e o RGPD	324
XIII.7.4.	Relação entre o direito à portabilidade e o direito ao acesso	327
XIII.7.5.	Direito à portabilidade e segredo de negócios	328
XIII.7.6.	Direito à portabilidade e segurança	328
XIII.7.7.	Exceções à portabilidade	329
XIII.7.8.	Síntese	329
XIII.8.	Eliminação de dados tratados com o consentimento (art. 18, VI)	330
XIII.9.	Informações sobre o uso compartilhado de dados (art. 18, VII)	330
XIII.10.	Informações sobre negativa de consentimento, revogação do consentimento e direito à oposição (art. 18, VIII e IV, e § 2º)	332
XIII.11.	Revisão de decisões automatizadas e informações sobre o tratamento automatizado de dados (art. 20)	333
XIII.11.1.	Aspectos fundamentais	333
XIII.11.2.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas: uma comparação entre a LGPD e o RGPD	335
XIII.11.3.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas e participação de pessoa natural	339
XIII.11.4.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas e devido processo legal	340
XIII.11.5.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas e segredo de negócios	341
XIII.11.6.	Objeto do direito à revisão de decisões totalmente automatizadas	343
XIII.11.7.	Julgamentos automatizados e medidas preventivas	344
XIII.11.8.	Explicabilidade de julgamentos totalmente automatizados: busca de um objetivo inviável?	346
XIII.12.	Questões procedimentais relacionadas ao exercício dos direitos do titular	348

CAPÍTULO XIV

TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

XIV.1.	Hipóteses de término do tratamento de dados	351
XIV.2.	Hipóteses de conservação dos dados após o término do tratamento	356

CAPÍTULO XV
TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

XV.1.	Aspectos fundamentais	359
XV.2.	Transferência internacional de dados na LGPD e multiplicidade de regimes..	360
XV.3.	Transferência internacional para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD (art. 33, I)	361
XV.4.	Garantias privadas de cumprimento dos preceitos da LGPD (art. 33, II)	363
XV.5.	Derrogações específicas (art. 33, III a IX)	366
XV.6.	Garantia de proteção adequada na transferência internacional de dados: experiência estrangeira	369
XV.7.	Diretrizes para construção da força normativa transnacional da LGPD	374

CAPÍTULO XVI
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

XVI.1.	Aspectos fundamentais	377
XVI.2.	Segurança da informação na LGPD	382
XVI.3.	Medidas de segurança da informação e programas de <i>compliance</i>	385
XVI.4.	Sistematização das principais medidas de segurança da informação	390
XVI.5.	Papel da segurança da informação nos programas de <i>compliance</i> de dados	392
XVI.6.	Comunicação de incidentes de segurança	395

CAPÍTULO XVII
COMPLIANCE DE DADOS E GOVERNANÇA

XVII.1.	Aspectos fundamentais	403
XVII.2.	Contextualização sobre <i>compliance</i> de dados	404
XVII.3.	<i>Compliance</i> de dados no contexto dos demais programas de <i>compliance</i>	406
XVII.4.	Relação entre tecnologia e programas de <i>compliance</i> de dados	407
XVII.5.	Parâmetros previstos pela LGPD e o seu diálogo com os requisitos gerais dos programas de <i>compliance</i>	408
XVII.6.	Papel da ANPD	421

CAPÍTULO XVIII
RESPONSABILIDADE CIVIL E RESSARCIMENTO DE DANOS

XVIII.1.	Aspectos introdutórios	423
XVIII.2.	As funções da responsabilidade civil e a proteção de dados pessoais	425

XVIII.3. O regime de responsabilidade na Lei Geral de Proteção de Dados: responsabilidade subjetiva ou objetiva?	428
XVIII.3.1. Mapeamento da controvérsia	428
XVIII.3.2. As diversas correntes doutrinárias sobre a natureza da responsabilidade civil na LGPD	432
XVIII.3.3. Considerações críticas sobre o tema e busca de uma síntese	434
XVIII.4. Requisitos da responsabilidade civil na LGPD	437
XVIII.4.1. A ilicitude configuradora de responsabilidade civil à luz da LGPD	437
XVIII.4.2. A configuração do dano	440
XVIII.4.3. Nexa causal na sistemática de responsabilidade civil estabelecida pela LGPD	441
XVIII.5. Extensão da responsabilidade dos agentes de tratamento e responsabilidade solidária	442

CAPÍTULO XIX

A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

XIX.1. Aspectos fundamentais	445
XIX.2. Estrutura organizacional e funções legais da ANPD	446
XIX.2.1. O Conselho Diretor e suas atribuições	448
XIX.2.2. O Conselho Nacional de Proteção de Dados e suas atribuições....	451
XIX.3. O papel dos incentivos na atuação da ANPD	452
XIX.4. Responsabilidade administrativa da LGPD no contexto das discussões sobre o Direito Administrativo Sancionador	454
XIX.5. Estrutura procedimental do processo administrativo sancionador na ANPD....	458
XIX.5.1. Aspectos gerais	458
XIX.5.2. Processos de fiscalização e monitoramento	461
XIX.5.3. Processo sancionador na ANPD e suas fases	463
REFERÊNCIAS	465